

Engels, Friedrich (1880[1923]) *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, São Paulo: Edipro. Publicação original, 1880. (65 a 94).

II SOCIALISMO CIENTÍFICO

Durante esse tempo, desenvolvia-se em continuação à filosofia francesa do século XVIII a filosofia alemã moderna que atingiu em Hegel seu ponto culminante. Seu grande mérito era exaltar a dialética como a forma mais elevada do pensamento. Os antigos filósofos gregos eram todos dialéticos e Aristóteles, a cabeça mais enciclopédica dentre eles, já tinha analisado as formas essenciais do pensamento dialético. A filosofia dos séculos XVII e XVIII, se bem que a dialética encontrasse nela brilhantes representantes (Descartes, Spinoza etc.), era mais arrastada, graças sobretudo à influência inglesa, para o chamado método metafísico, que reinou quase que exclusivamente entre os franceses do século XVIII pelo menos em suas obras especialmente filosóficas. Mas, fora da filosofia propriamente dita, eles foram igualmente capazes de produzir obras-primas de dialética, entre as quais mencionaremos o *Sobrinho de Rameau*, de Diderot, e o *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, de Rousseau. Daremos, em breve, os traços essenciais dos dois métodos. 1
2
3
4

Quando submetemos à observação intelectual a natureza, a história humana ou a nossa própria atividade mental, o que primeiramente se nos oferece é a imagem de uma cadeia interminável de fatos ligados uns aos outros e agindo uns sobre os outros, na qual nada fica onde estava nem o que era, nem como era, mas tudo se move, se transforma, vai, vem e perece. Essa maneira de encarar o mundo, primitiva, ingênua, mas no fundo justa, é a antiga filosofia grega. Heráclito foi o primeiro a formulá-la com clareza: “Tudo existe e não existe, porque tudo flui”, tudo está em eterna transformação, eterno nascimento, eterno perecer. Mas, essa maneira de ver, conquanto exprima com muita exatidão o caráter geral do quadro que oferece à nossa observação o conjunto dos fenômenos do mundo real, deixa escapar os detalhes, por não descer ao

seu estudo especial. Entretanto, enquanto não estivermos em condições de apreender esses detalhes, não teremos uma ideia clara do quadro geral que se desenrola sob nossas vistas. Para conhecer esses detalhes, seremos obrigados a destacá-los de sua conexão natural ou histórica e examiná-los um por um, segundo suas qualidades, suas causas e seus efeitos particulares. É esse o problema das ciências naturais e históricas. Essas ciências especiais não podiam, por motivos óbvios, ocupar o primeiro lugar entre os gregos dos tempos clássicos, pois, antes de tudo, era necessário preparar a documentação dos fatos.

Os primórdios das ciências naturais exatas foram elaborados pelos gregos do período alexandrino¹ e mais tarde pelos árabes da Idade Média. A verdadeira ciência natural data da segunda metade do século XV e progrediu, desde então, com crescente rapidez. A decomposição da natureza em suas partes integrantes, a separação dos diferentes fenômenos e objetos naturais em categorias distintas, o estudo aprofundado dos corpos orgânicos na variedade de suas formas anatômicas, tais foram as condições essenciais dos progressos gigantescos que os quatro últimos séculos realizaram no conhecimento da natureza. Mas esse método de trabalho nos legou o hábito de estudar os objetos e os fenômenos naturais isoladamente, fora das relações recíprocas que os ligam em um grande todo, isto é, não em seu movimento, mas em seu repouso, não como essencialmente variáveis, mas como essencialmente constantes, não em sua vida, mas em sua morte. E quando aconteceu, graças a Bacon e a Locke,² que esse hábito de trabalho passasse das ciências naturais para a filosofia, produziu-se a estreiteza peculiar aos últimos séculos: o método metafísico.

A dialética se opõe à metafísica

Para o metafísico, as coisas e os seus reflexos intelectuais, as noções, são fatos isolados, devendo ser considerados uns após outros, uns sobre

1. Período da história grega durante o qual Alexandria (Egito) tornou-se não só a capital do reino dos Ptolomeus, fundado em 323 a.C., mas a metrópole intelectual e comercial do mundo oriental.
2. Francis Bacon (1561-1626), chanceler da Inglaterra e filósofo, contribuiu grandemente com o seu *Novum Organum*, para introduzir o método experimental e indutivo. John Locke (1632-1704) combateu as ideias inatas e colocou na experiência dos sentidos a origem de todos os nossos conhecimentos.

os outros; objetos invariáveis, fixos, imóveis, dados uma vez por todas. Pensa por antíteses desprovidas de todo meio termo; afirma e nega; tudo o que está além é sem valor. Para ele, uma coisa existe ou não existe; uma coisa não pode ser ao mesmo tempo ela própria e outra diferente dela. O negativo e o positivo se excluem absolutamente. Causa e efeito estão em direta e recíproca oposição.

Essa maneira de ver nos parece, à primeira vista, extremamente plausível, porque é a do senso comum. Este senso comum, companheiro muito respeitável enquanto permanece calafetado em seu buraco cavado para uso próprio, encontra aventuras bem divertidas quando se embrenha no extenso mundo da ciência. E o método metafísico, por mais justificado e necessário que seja em numerosos domínios mais ou menos extensos segundo o objeto da análise, chega, cedo ou tarde, a um limite além do qual se torna parcial, limitado e abstrato, perdendo-se em contradições insolúveis. Na contemplação dos fatos isolados, ele esqueceu suas relações recíprocas; na de sua existência, esquece seu desenvolvimento e seu parecer; na do repouso, esquece o movimento; à força de ver as árvores, não vê mais a floresta.

Podemos dizer com bastante exatidão, pelas necessidades de todos os dias, se um animal existe ou não. Mas uma pesquisa mais profunda nos faz ver que muitas vezes esse problema é dos mais complicados, como muito bem o sabem os juristas, que se têm esforçado por encontrar um limite racional além do qual a destruição do filho nas entranhas da mãe seria um assassinio. Da mesma forma, é impossível fixar o momento da morte; a pesquisa fisiológica tem demonstrado que a morte não é um fenômeno instantâneo, mas um processo de longa duração. Assim também, todo ser orgânico é, ao mesmo tempo, igual e diferente de si mesmo; em um mesmo instante, assimila matérias estranhas e desassimila sua própria matéria; em um mesmo momento, células de seu corpo morrem e outras se criam. Em um maior ou menor espaço de tempo, a matéria desse corpo é inteiramente renovada e substituída por outros átomos de matéria, de forma que todo ser orgânico é sempre e não é igual a si mesmo. Refletindo com atenção, verificamos que os dois polos de uma antinomia, o positivo e o negativo, são tão inseparáveis quanto irreconciliáveis entre si e se penetram mutuamente a despeito de toda a sua oposição. Da mesma maneira, causa e efeito são ideias

que só têm valor em sua aplicação aos casos isolados; porém, logo que o caso isolado é encarado em suas relações gerais com o resto do universo, se confundem e se dissipam nas conexões de uma reciprocidade universal, em que causa e efeito mudam constantemente de lugar, e o que era causa em determinado lugar e a um dado momento torna-se efeito em um outro lugar e em um outro momento e vice-versa.

Todos esses processos naturais e métodos intelectuais estão fora do quadro do pensamento metafísico. A dialética, ao contrário, considera os objetos e suas representações intelectuais – as ideias – em seu movimento, em seu desenvolvimento e seu perecer; os fenômenos mencionados anteriormente só fazem corroborar sua forma de proceder. A natureza é a confirmação da dialética e devemos dizê-lo, para honra das ciências naturais, que estas nos forneceram essa confirmação por uma rica coletânea de fatos que diariamente demonstram que, em última instância, é a dialética e não a metafísica que impera na natureza. Mas, como os naturalistas que aprenderam a pensar dialeticamente são raros, o conflito que nasce entre as descobertas científicas e o método intelectual corrente explica a emaranhada confusão das teorias da ciência natural, conflito esse que desespera tanto os mestres como os alunos, os escritores como os leitores.

Uma exata representação do universo, do seu desenvolvimento e o da humanidade, assim como da reprodução desse desenvolvimento no cérebro humano, só pode ser feita pela dialética, pela constante observação das múltiplas ações e reações do “devir” e do parecer, pela consideração constante dos movimentos de progresso e de regresso. Foi por esse caminho que, desde o início, entrou resolutamente a filosofia alemã moderna. Kant começou sua carreira provando que o imóvel sistema solar de Newton e sua existência eterna, uma vez verificado o choque inicial, se resolviam em um processo histórico: na formação do sol e dos planetas à custa de uma massa nebulosa em rotação.

Ao mesmo tempo, o fato de que o sistema solar nascera o levava a concluir que esse sistema morreria necessariamente um dia. Esse ponto de vista, meio século mais tarde, foi demonstrado matematicamente por Laplace e, um século mais tarde, a análise espectroscópica provou a existência, no espaço, dessas massas gasosas incandescentes em diferentes graus de condensação.

A nova filosofia alemã se consubstanciou no sistema hegeliano, no qual, pela primeira vez, – e eis aí seu grande mérito, – o mundo inteiro, natural, histórico e intelectual, foi representado como um processo – isto é, como estando em mudança, transformação e desenvolvimento constantes – e no qual se procura encontrar a ligação íntima, formando um todo entre esse movimento e esse desenvolvimento. Desse ponto de vista, a história humana não aparecia mais como uma confusão caótica de violências insensatas, todas igualmente condenáveis diante do tribunal da razão filosófica, mas como a própria evolução da humanidade; o problema do pensamento era seguir a lenta marcha progressiva dessa evolução através de todos os seus desvios e procurar a lei íntima desses fenômenos devidos aparentemente ao acaso.

O erro idealista de Hegel

Que Hegel não tenha resolvido esse problema, pouco nos importa. Seu mérito, que assinalou uma época, é o de o ter formulado. Esse problema é dos que nenhum indivíduo por si só poderá resolver. Se bem que Hegel fosse, como Saint-Simon, o cérebro mais enciclopédico do seu tempo, era, entretanto, limitado: em primeiro lugar, pela extensão necessariamente circunscrita de seus próprios conhecimentos; em seguida, pela extensão igualmente restrita dos conhecimentos e das concepções de sua época. Além disso, Hegel era idealista, significando que, em lugar de considerar suas ideias como os reflexos intelectuais dos objetos e dos movimentos do mundo real, obstinava-se a só considerar os objetos do mundo real e as suas transformações como outros tantos reflexos de suas ideias. Para ele, a ideia de uma coisa preexistia, não se sabe onde nem como, à própria coisa; o mundo, afinal de contas, tinha sido criado à imagem de uma *Ideia Eterna*: era a realização dessa *Ideia Absoluta*, que, por conseguinte, é suposta como uma existência à parte e independente do mundo real. Essa maneira de ver revolucionou inteiramente as verdadeiras relações entre o mundo real e as ideias produzidas pelo cérebro humano, que não passa, afinal, de um produto desse mundo real. Se o gênio de Hegel se mostra em toda a parte no seu sistema, se, em cada página, achamos noções grandiosas e justas sobre inúmeras

questões propostas pela ciência natural e pela história da humanidade, o sistema em seu conjunto só podia reproduzir o erro que lhe servia de base. Foi um colossal aborto, mas é o último do gênero. Além disso, encerrava em seu seio uma contradição insanável. De um lado, Hegel pretende, com razão, que a história da humanidade é, como pressuposto fundamental, um processo evolutivo cujo desenvolvimento, por sua própria natureza, não pode encontrar seu termo final na descoberta de uma verdade pretensamente absoluta; de outro lado, Hegel pretende que seu sistema é a síntese dessa verdade absoluta. Um sistema da natureza e da história completo e universal está em contradição com as leis fundamentais do pensamento dialético, o que não exclui, mas, ao contrário, afirma que o conhecimento sistemático do universo marcha a passos de gigante de geração em geração.

Volta ao materialismo na concepção da natureza

A constatação do erro fundamental desse idealismo alemão conduzia, necessariamente, ao materialismo; mas, bem entendido, não se tratava de uma simples volta ao materialismo metafísico e exclusivamente mecânico do século XVIII. Este último ímpeto revolucionário tinha ingenuamente considerado toda a história passada como um amálgama de crimes, tolices e loucuras. O materialismo moderno, ao contrário, vê na história o desenvolvimento gradual e muitas vezes interrompido da humanidade, e sua tarefa é descobrir as leis desse desenvolvimento. Os franceses do século XVIII, assim como Hegel, olhavam a natureza como um todo invariável, movendo-se em estreitos círculos de revolução constituído de corpos celestes eternos, como ensina Newton, com espécies invariáveis de seres orgânicos, como ensina Linneu. O materialismo moderno condensa os progressos recentes das ciências naturais, segundo os quais a natureza também tem sua história no tempo; os corpos celestes e as espécies orgânicas, que ali podem viver em circunstâncias favoráveis, nascem e morrem; os círculos de revolução tomam dimensões bem mais vastas. Nos dois casos, o materialismo é essencialmente dialético e nada tem a ver com a filosofia que pretende dar regras a todas

as outras ciências. Desde que cada ciência especial é forçada a se aperceber exatamente do lugar que ocupa no conjunto dos fatos naturais e históricos e do nosso conhecimento desses fatos, toda ciência particular, que tenha por domínio exclusivo esse conjunto, torna-se inútil. No lugar da filosofia que abraça todas as ciências, só resta uma ciência: a ciência do pensamento e de suas leis, a lógica e a dialética. Todas as demais se resolvem na ciência positiva da natureza e da história.

Introdução do materialismo na concepção da história

Enquanto a revolução na concepção da natureza só se concluiu proporcionalmente à quantidade de materiais positivos fornecidos pela ciência, produziram-se fatos históricos que exigiam uma transformação decisiva na concepção da história. Em 1831, rebentava em Lyon a primeira sublevação operária; de 1838 a 1842, o primeiro movimento nacional operário (o cartismo inglês) atingia o seu ponto culminante. A guerra de classes entre proletários e burgueses irrompeu no prosaetório da história dos povos que decidem a sorte da humanidade. Intensificou-se proporcionalmente ao desenvolvimento da grande indústria e da supremacia política recentemente conquistada pela burguesia. As doutrinas da economia burguesa, a identidade dos interesses do capital e do trabalho, a harmonia universal, a prosperidade geral gerada pela livre concorrência, tudo isso foi brutalmente desmentido pelos fatos. Esses fatos não podiam ser ignorados pelo socialismo francês e inglês, que, apesar de suas imperfeições, era deles a expressão teórica. Mas a velha concepção idealista da história, que ainda sobrevivia, não conhecia nem guerras de classe baseadas em interesses materiais, nem qualquer interesse material; a produção e todas as relações econômicas só recebiam um olhar desdenhoso e furtivo; não passavam de elementos secundários da história da civilização. Os novos fatos impunham um novo exame de toda a história passada; viu-se, então, que as classes combatentes foram sempre e por toda a parte o produto do modo de produção e troca, numa palavra, das relações econômicas de sua época; que, por conseguinte, a estrutura econômica de determinada sociedade

forma sempre a base real que devemos estudar para compreender toda a superestrutura das instituições políticas e jurídicas, assim como as concepções religiosas, filosóficas e outras que lhe são peculiares. Assim, o idealismo era expulso do seu último refúgio: a ciência histórica; a base de uma ciência histórica materialista estava constituída. Estava aberta a estrada que nos ia conduzir à explicação da maneira de pensar dos homens de determinada época por sua maneira de viver, em lugar de se querer explicar, como até então se havia feito, sua maneira de viver por sua maneira de pensar.

Mas, se o materialismo do século XVIII se tornara incompatível com a ciência natural moderna e dialética, o socialismo, tal como se tinha desenvolvido até aí, tornara-se incompatível com a nova ciência histórica materialista. O socialismo criticava, é verdade, a produção capitalista e suas consequências, mas não a explicava e não podia, por conseguinte, destruí-la teoricamente; podia, apenas, condená-la como inadequada.

⊕ Esta foi tb. de Engels

concepção materialista da sociedade

As duas descobertas capitais de Marx

descoberta da mais-valia

Mas o problema consistia, antes de tudo, em determinar o lugar histórico da produção capitalista no desenvolvimento da humanidade, demonstrar sua necessidade para um determinado período histórico e, por isso mesmo, a necessidade também de sua queda futura; depois, em desvendar o caráter íntimo, ainda oculto, da produção capitalista, pois a crítica se ocupava, até então, antes em descrever as incongruências produzidas do que em procurar as causas que determinavam essas incongruências.

- 1 Isso foi feito pela descoberta da mais-valia. Provou-se que a apropriação do trabalho não pago era a forma fundamental da produção capitalista e da exploração dos operários que dela participam; que o capitalista, mesmo pagando a força de trabalho do operário pelo valor real que, como mercadoria, tem no mercado, não obstante dela extrai mais valor do que deu para adquiri-la; e que essa mais-valia constitui, afinal, a soma dos valores de onde provém a massa do capital sempre crescente, acumulada nas mãos das classes possuidoras. O processo, tanto da produção capitalista como da produção do capital, estava explicado.

Essas duas grandes descobertas: a concepção materialista da história e a revelação do mistério da produção capitalista por meio da mais-valia, devemos-las a Marx. Elas fizeram do socialismo uma ciência, que agora nos cabe elaborar em todos os seus detalhes e em todas as suas relações.

III

MATERIALISMO HISTÓRICO

Evolução das forças produtivas

Primeiramente, a produção e, em seguida, a troca dos produtos, formam a base de toda a ordem social. Esses dois fatores determinam, em toda sociedade histórica, a distribuição das riquezas e, por conseguinte, a formação e a hierarquia das classes que a compõem. Se quisermos, pois, descobrir as causas determinantes de qualquer metamorfose ou revolução social, devemos procurá-las não no cérebro humano, não em seu conhecimento superior da verdade e da justiça eternas, mas nas metamorfoses do modo de produção e de troca; numa palavra, devemos procurá-las, não na filosofia, mas na economia da época estudada. Quantas vezes, na história, vemos apoderar-se das inteligências a convicção irresistível de que as instituições sociais existentes são irracionais e injustas; que o que fora outrora obra da razão, tornou-se um contrassenso; que o que fora um benefício, tornou-se um encargo! Que significa esse fenômeno? Significa que os métodos de produção e as formas de troca, lenta e silenciosamente, sofreram metamorfoses e que estas não mais se ajustam à ordem social baseada em condições econômicas caducas. Se esse ponto de vista é justo, segue-se que as novas condições econômicas devem também conter em si mesmas, em grau mais ou menos desenvolvido, os meios de afastar as incongruências constatadas. É preciso, pois, empregar esforços não em imaginar esses meios, mas em descobri-los nos fatos materiais da produção. Qual é, conseguintemente, a posição do socialismo moderno diante da ordem social vigente?

A ordem social vigente é criação da classe atualmente dominante, a burguesia. O modo de produção próprio à burguesia, designada, desde

Marx, pelo nome de produção capitalista, era incompatível com a ordem feudal, com os privilégios locais e de Estado, com os entraves das corporações e da servidão. A burguesia quebrou a ordem feudal para estabelecer, sobre suas ruínas, a ordem burguesa, o reinado da livre concorrência, da livre escolha do domicílio, do contrato livre, da igualdade perante a lei e outras maravilhas burguesas.

Desde então, estava aberto o caminho para a produção capitalista. No tempo da grande Revolução Francesa, a forma predominante dessa produção capitalista, no continente europeu pelo menos, era a manufatura baseada na divisão do trabalho. Mas, desde que o vapor e a máquina-instrumento transformaram essa manufatura em grande indústria, as forças produtivas elaboradas sob a direção da burguesia se desenvolveram com rapidez e amplitude inauditas. A manufatura, tendo chegado a certo grau de desenvolvimento, teve, forçosamente, de entrar em conflito com os entraves feudais das corporações: assim também, a grande indústria deverá uma vez completamente desenvolvida entrar em conflito com o modo capitalista de produção. As novas forças produtivas já ultrapassaram as formas burguesas de sua exploração. Esse conflito entre as forças produtivas e a forma de produção não é um conflito gerado no cérebro humano, como o do pecado original e a justiça divina, mas existe realmente, sob uma forma objetiva, independente da vontade e da conduta dos próprios homens que o determinaram. O socialismo não é mais do que o reflexo ideológico desse conflito prático, do que a sua repercussão nos cérebros da classe que sofre diretamente as suas consequências – a classe operária.

Conflito entre "as forças produtivas", que se tornaram sociais, e as formas da produção, que permaneceram individuais (entre o regime de produção e o regime de propriedade)

Em que consiste esse conflito?

Na Idade Média, antes da produção capitalista, só havia a pequena produção, que tinha por primeira condição a propriedade do produtor sobre os seus meios de produção: a agricultura estava a cargo do peque-

no lavrador (livre ou servo) e nas cidades, a indústria estava nas mãos do artesão. Os meios de trabalho – a terra e os instrumentos agrícolas, a tenda e as ferramentas – pertenciam ao indivíduo e se destinavam ao uso individual; eram, por conseguinte, pequenos, limitados e, precisamente por essa razão, pertenciam geralmente ao produtor. Concentrar e aumentar esses meios de produção limitados e dispersos, transformá-los em poderosas alavancas da produção moderna, era precisamente o papel histórico da produção capitalista e de sua responsável, a burguesia. O modo por que a partir do século XV a burguesia cumpriu essa obra, percorrendo as três fases históricas da cooperação simples, da manufatura e da grande indústria foi exposto, com todos os detalhes, na quarta seção de *O Capital*, de Marx.¹ Demonstra-se também aí como a burguesia, arrancando esses meios de produção do seu isolamento, concentrando-os e submetendo a uma direção comum uma massa de forças produtivas individuais, de operários e de instrumentos de trabalho, transformou a própria natureza. De individuais tornam-se sociais. Se antes as famílias tinham sido suficientes para fazer trabalhar os antigos meios de produção isolados, era agora preciso um batalhão inteiro de operários para pôr em movimento esses meios de produção concentrados. O vapor e a máquina-instrumento acabaram e completaram essa metamorfose. A roca de fiar, o bastidor de tecer, o malho do ferreiro deram lugar à máquina de fiação, ao tear mecânico, ao martelo a vapor; em lugar da oficina industrial, a fábrica que reclama a cooperação de centenas e milhares de forças de um indivíduo, ou, uma série de atos individuais, passa a uma série de atos sociais. A coletividade tinha substituído o indivíduo na produção.

Mas essa transformação só atingiu a produção: ainda não modificou as antigas formas de troca. Ela se fazia em um meio social baseado na divisão do trabalho na sociedade. A divisão do trabalho na sociedade confere aos produtores a propriedade de seus produtos e dá, por isso, a esses produtos, a forma de mercadorias, cuja troca (compra e venda) constitui o laço social entre os produtores. Isso era justificado no tempo em que só havia produtores individuais e independentes: a forma de troca correspondia ao modo de produção. Foi nessa sociedade de pro-

1. Nos capítulos XIII (Cooperação), XIV (Divisão do trabalho e manufatura) e XV (Maquinismo e grande indústria).

dutores individuais de mercadorias que se introduziu a nova forma de produção. O seu carácter revolucionário foi tão pouco reconhecido que foi introduzida, ao contrário, como um meio de crescer e desenvolver a produção de mercadorias. Serviu-se, desde o início, dos meios já existentes da produção e de troca de mercadorias: capital comercial, ofícios da Idade Média, trabalho assalariado. Apresentando-se como uma nova forma de produção de mercadorias, submeteu-se às formas de apropriação da produção de mercadorias.

Os meios de produção e os produtos, se bem que se tivessem tornado sociais, foram tratados como se continuassem a ser meios de produção e produtos individuais. Foram apropriados não pelos que tinham posto em movimento os meios de produção, e que tinham criado os produtos, mas pelo capitalista. Os meios de produção e a produção tornaram-se essencialmente sociais. Não obstante, são submetidos a um modo de apropriação que pressupõe a propriedade individual, onde cada um possui seus meios de produção e onde, por conseguinte, cada um possui também seu produto e o leva ao mercado. O novo modo de produção está submetido a esse modo de apropriação, apesar de ter destruído sua base.² Nesse antagonismo, que confere ao novo modo de produção seu carácter capitalista, encontram-se em embrião todos os antagonismos sociais modernos. À medida que o novo modo de produção invadia todas as indústrias e todos os países economicamente importantes, à medida que deslocava a produção industrial a ponto de reduzi-la a um papel insignificante, tanto mais acentuava a incompatibilidade entre a produção social e a apropriação capitalista.

2. Desnecessário explicar que, ainda quando a forma de apropriação permaneça invariável, o carácter da apropriação sofre uma revolução pelo processo que descrevemos, em não menor grau que a própria produção. A apropriação de um produto próprio e a apropriação de um produto alheio são, evidentemente, duas formas muito diferentes de apropriação. E advertimos de passagem que o trabalho assalariado, no qual se contém já o germe de todo o modo capitalista de produção, é muito antigo; coexistiu durante séculos inteiros, em casos isolados e dispersos, com a escravidão. Contudo, esse germe só pode se desenvolver até formar o modo capitalista de produção quando surgirem as premissas históricas adequadas.

O antagonismo entre as forças produtivas e a propriedade capitalista se traduz em um antagonismo de classes

Os primeiros capitalistas acharam, como dissemos, a forma do trabalho assalariado inteiramente feita. Mas esse trabalho assalariado era somente a ocupação excepcional, complementar, acessória, transitória do trabalhador. O lavrador que, de quando em quando se alugava por um dia, possuía o seu pedaço de terra, que lhe servia ao menos para suprir suas necessidades. As corporações estavam organizadas para que o companheiro de hoje pudesse ser o mestre de amanhã.

Mas desde que os meios de produção se tornaram sociais e foram concentrados nas mãos dos capitalistas, tudo mudou. O trabalho assalariado, outrora exceção e suplemento, tornou-se a regra e a base de toda a produção; outrora ocupação acessória, monopolizou todo o tempo de trabalho do produtor. O assalariado de um dia tornou-se assalariado por toda a vida. Realizou-se a separação entre os meios de produção, concentrados nas mãos dos capitalistas, e os produtores reduzidos a só possuírem sua força de trabalho. O antagonismo entre produção social e apropriação capitalista se afirma como antagonismo entre proletários e burgueses.

Generalização da troca, anarquia na produção social

Vimos que a produção capitalista se introduziu no meio de uma sociedade de produtores de mercadorias, de produtores individuais cujo único laço social era a troca de seus produtos. Mas toda sociedade baseada na produção de mercadorias tem por característica que os produtores, em lugar de dominar suas mútuas relações sociais, são por elas dominados. Cada um produz com os meios de produção acidentais que pode ter à mão para suas necessidades individuais de troca. Há anarquia na produção social. Mas a produção de mercadorias, como qualquer outra forma de produção, possui suas leis próprias,

que lhe são inerentes, e essas leis se afirmam, apesar da anarquia, na anarquia e pela anarquia. Afetam a única forma persistente do laço social: a troca; levantam-se diante dos produtores como leis coercitivas da concorrência. Os produtores que, no início, as ignoram, têm necessidade de longa experiência para chegar à sua descoberta sucessiva. Impõem-se, pois, sem o concurso dos produtores e mesmo contra sua vontade; como a das leis da natureza, sua ação é cega e impiedosa. O produto domina o produtor.

Na sociedade medieval, a produção visava essencialmente à satisfação das necessidades pessoais do produtor e de sua família, onde havia relações de dependência, como no campo, satisfazia igualmente as necessidades do senhor. Mas não havia troca e os produtos não revestiam, pois, a forma de mercadorias. A família do lavrador produzia quase tudo de que necessitava, as roupas como os alimentos.

Só produziu mercadorias quando chegou a produzir um excedente sobre seu próprio consumo. Esse excedente, oferecido à troca, tornou-se mercadorias. Os artesãos, é verdade, tiveram, desde logo, que produzir em seu ofício para trocar, mas também eles trabalhavam, em grande parte, diretamente para o seu próprio consumo e eram todos possuidores de pequenos terrenos (campos e jardins); enviavam seu gado a pastar na floresta comunal, de onde tiravam lenha para o aquecimento no inverno e madeira para construção; as mulheres fiavam o linho, a lã etc. Vemos, pois, que a produção para a troca, a produção de mercadorias, estava ainda em sua infância. Por conseguinte, a troca era limitada, o mercado acanhado, o modo de produção estável; cada grupo se organizava isoladamente para a produção, excluindo os produtos dos outros grupos; a *Mark*³ existia no campo e as corporações nas cidades.

Pouco a pouco, a produção se desenvolveu. O excedente do consumo imediato do produtor e de sua família ou do senhor feudal tomava dimensões mais importantes; a indústria das cidades produzia mais e melhor. Havia, pois, produção para o mercado; lançado na troca, esse excedente de produção se transformava, com efeito, em mercadorias. O comércio se desenvolveu e começou a ligar os diversos países uns aos

3. *Mark* é o nome da antiga comuna germânica baseada na comunidade da terra; muitos traços dessa comunidade conservaram-se até nossos dias, não somente nos países germânicos, mas ainda nos países ocidentais conquistados pelos germanos. (F.E.)

outros. Os progressos do comércio reagiram sobre a indústria e aceleraram seu desenvolvimento; a monotonia da antiga estabilidade estava definitivamente quebrada. Os progressos da divisão do trabalho romperam a antiga organização na qual cada família produzia diretamente para o seu próprio consumo. No campo como na cidade, na agricultura como na indústria, foi preciso, cada vez mais, produzir para a troca; os foros em espécie (jornada de trabalho, trigo, gado) transformaram-se em impostos ou em renda da terra que tiveram de ser pagos em dinheiro. Quase todos os produtos tomaram a forma de mercadorias, e os produtores, uma vez destruídas a antiga organização da *Mark* e as corporações, se transformaram cada vez mais em produtores de mercadorias, isolados e independentes. Foi então que estourou e se intensificou a anarquia da produção social.

Outro antagonismo: organização da produção no interior da fábrica – Anarquia da produção em toda a sociedade

Mas o principal instrumento que empregou o regime capitalista para intensificar essa anarquia na produção social foi precisamente o contrário da anarquia: crescente organização da produção, tornada social, na oficina que continuava como propriedade individual. Foi essa organização que pôs termo à antiga e tranquila estabilidade. Em toda indústria onde foi introduzida, não mais tolerou a seu lado qualquer dos antigos métodos de exploração; em toda a parte onde se apoderou do ofício da Idade Média, destruiu-o e transformou-o. O campo de trabalho tornou-se um campo de batalha. As grandes descobertas geográficas e a colonização por elas determinadas multiplicaram as saídas de mercadorias e transformaram o ofício feudal em manufatura capitalista.

Não só a luta estalou entre os produtores de uma mesma localidade, mas as lutas locais se transformaram em lutas nacionais e deram lugar às guerras comerciais dos séculos XVII e XVIII. Por fim, a grande indústria e o estabelecimento do mercado mundial generalizaram essas lutas e lhes imprimiram uma violência inaudita. A existência de condições

favoráveis de produção, naturais ou artificiais, determina tanto a existência de capitalistas isolados, como a de indústrias e de nações inteiras.

É a concorrência vital darwiniana transplantada da natureza para a sociedade com uma violência incrível. A selvageria animal se apresenta como o último termo do desenvolvimento humano. O antagonismo entre a produção social e a apropriação capitalista tomou a forma de um antagonismo entre a organização da produção social e a apropriação capitalista, um antagonismo entre a organização da produção em cada fábrica isolada e a anarquia da produção em toda a sociedade.

As consequências

^{1º} Proletarização das massas, desemprego (exército industrial de reserva), miséria

É nessas duas formas antagônicas que lhe são imanentes, desde sua origem, que se move a produção capitalista, e que descreve esse “círculo vicioso” descoberto por Fourier. Mas, em sua época, Fourier não podia perceber que esse círculo se contraía progressivamente; que o movimento descreve antes uma espiral e tende, ao seu termo, como o movimento dos planetas, para uma colisão com seu centro de revolução. Primeiramente, é a força aceleradora da anarquia social da produção que, cada vez mais, transforma a maioria dos homens em proletários: e é essa massa proletária que porá, finalmente, um termo à anarquia da produção. Por outro lado, é a forma aceleradora da anarquia social na produção que transforma a perfectibilidade indefinida do maquinismo numa lei imperiosa, para todo capitalista industrial aperfeiçoar cada vez mais suas máquinas, sob pena de ruína.

Mas o aperfeiçoamento do maquinismo significa a eliminação de trabalho humano. Se a introdução e a multiplicação das máquinas significam a substituição de milhões de operários manuais por alguns milhares de operários que trabalham nas máquinas, o aperfeiçoamento do maquinismo significa a eliminação constante desses trabalhadores de máquinas e, finalmente, a criação de um número de operários em disponibilidade, excedendo as necessidades médias do capital, a criação de

um grande exército industrial de reserva, disponível nas épocas em que a indústria trabalha à alta pressão, um grilhão que peia a classe operária em sua luta pela existência contra o capital, um regulador para manter o salário em nível baixo, conforme os interesses capitalistas. Acontece, para falar a linguagem de Marx, que a máquina se torna a mais poderosa arma do capitalismo em sua luta contra a classe operária; que o meio de trabalho arranca ao operário os seus meios de existência; que o próprio produto do trabalhador se torna o instrumento de sua sujeição. Acontece que “a economia do custo de produção se caracteriza pela mais desenfreada dilapidação da força de trabalho e a mais descarada parcimônia nas condições do seu aperfeiçoamento”; que a máquina, esse poderosíssimo meio de abreviar o trabalho, se torna o meio mais seguro de transformar a vida inteira do trabalhador e a da sua família em tempo de trabalho disponível para o lauto benefício do capital; acontece que o sobretrabalho de uns gera o desemprego de outros, e que a grande indústria, que percorre o globo à procura de novos consumidores, reduz as massas a uma alimentação mínima e destrói, com suas próprias mãos, o próprio mercado interno. “A lei que sempre equilibra o progresso da acumulação do capital com o da superpopulação relativa⁴ prende o trabalhador ao capital mais solidamente que as correntes de Vulcano prendiam Prometeu a seu rochedo. É essa lei que estabelece uma correlação fatal entre a acumulação da riqueza e a acumulação da miséria, de tal forma que a acumulação da riqueza em um polo é igual à acumulação da pobreza, do sofrimento, da ignorância, do embrutecimento, da degradação moral, da escravidão no polo oposto, do lado da classe que produz o próprio capital.”⁵ Esperar da produção capitalista uma outra repartição dos produtos equivale a pretender que os eletrodos de uma bateria não decomponham a água, enviando o oxigênio ao polo positivo e o hidrogênio ao polo negativo, enquanto o circuito fica fechado.

-
4. Em *O Capital* (Livro I, cap. XXV), Marx mostra que a acumulação capitalista – “o progresso da riqueza sobre a base capitalista” – produz necessariamente o que ele chama uma superpopulação relativa. Os proletários lançados na superpopulação relativa pelo crescimento acelerado do capital social formam um exército industrial de reserva “que pertence”, diz Marx, “ao capital de uma maneira tão absoluta como se ele o tivesse educado e disciplinado à sua custa e que lhe fornece ‘a matéria humana’ sempre explorável e sempre disponível”.
5. MARX, Karl. *O Capital*, Livro I, cap. XXV.

2º Superprodução, crises, concentração capitalista

Vimos como a perfectibilidade do maquinismo moderno levada ao mais alto grau se transforma, por meio da anarquia social da produção, em uma lei implacável que obriga o capitalista industrial a aperfeiçoar constantemente suas máquinas para aumentar sua força produtiva. A simples possibilidade de desenvolver a escala de sua produção se transforma para ele, agora, em uma outra lei absolutamente obrigatória. A enorme força de expansão da grande indústria, em comparação com a qual a expansão dos gases é uma bagatela, toma agora a forma de uma necessidade qualitativa e quantitativa, que desafia toda compressão. Aqui, a compressão é o consumo, a exportação, o mercado dos produtos da grande indústria. Mas a capacidade de expansão do mercado não pode corresponder à expansão da produção. A colisão é inevitável, e como é sem solução, a não ser quebrando a forma capitalista da produção, essa colisão torna-se periódica. Eis aí um novo círculo vicioso no qual se move a produção capitalista.

Desde 1825, quando estourou a primeira crise geral, o mundo industrial e comercial, a produção e a troca dos povos civilizados, assim como de suas colônias mais ou menos bárbaras, se desordenaram, aproximadamente, uma vez a cada dez anos. O comércio paralisa, os mercados se atravancam, os produtos tornam-se abundantes e invendáveis; a moeda sai de circulação, o crédito desaparece, as fábricas fecham, as massas operárias ficam sem meios de subsistência, a bancarrota sucede à bancarrota e a venda forçada à venda forçada. Durante anos, perdura o atravancamento, os produtos se desperdiçam e se destroem em grande porção, até que os estoques de mercadorias pouco a pouco escasseiam, graças a uma depreciação mais ou menos considerável, até que a produção e a troca retomam gradualmente sua marcha. Pouco a pouco, a marcha industrial se acelera, põe-se a trote, o trote passa a galope, até a carreira desenfreada de um *steeple-chase* geral da indústria, do comércio, do crédito e da especulação que, após os mais perigosos saltos, vem cair de novo no fosso da crise. E assim, sempre torna-se a repetir. Atravessamos seis crises desde 1825 e neste momento atravessamos a sétima. E o caráter dessas crises está tão claramente assinalado que Fourier descreveu-as todas, definindo a primeira como crise pletórica. Na crise, o antagonismo entre

produção social e apropriação capitalista manifesta-se violentamente. A circulação paralisa; o meio de circulação, a moeda, torna-se um entrave à circulação.

Todas as leis da produção e da circulação são perturbadas. A colisão econômica atinge seu apogeu. O modo de produção se rebela contra o modo de troca, as forças produtivas contra o modo de produção cujos quadros não podem mais conter o desenvolvimento delas.

O fato de que a organização social da produção no interior da fábrica se desenvolveu a ponto de se tornar incompatível com a anarquia da produção na sociedade que existe fora dela e que a domina – esse fato se impõe à inteligência do próprio capitalista pela concentração violenta dos capitais que se dá em cada crise, pela ruína de muitos grandes capitalistas e de um número bem mais considerável de pequenos. O mecanismo completo da produção capitalista rende-se sob a pressão das forças produtivas que ele próprio criou. Criou uma tal quantidade de forças produtivas que não é mais possível transformá-las em capital, isto é, em meios de explorar a força de trabalho da classe operária.

Por essa causa, as forças cessam de trabalhar e, porque cessam de trabalhar, o exército industrial de reserva também é forçado a ficar sem trabalho. Situação extraordinária! Meios de produção, meios de subsistência, trabalhadores disponíveis, todos os elementos da produção e da riqueza abundam, mas, como diz Fourier, a abundância torna-se fonte de penúria e de miséria; porque é ela que impede os meios de produção e de subsistência de se transformarem em capital. Para funcionar no meio capitalista, os meios de produção devem previamente tomar a qualidade de capital, de meios de exploração da força de trabalho. É uma fatalidade que se ergue agora como um espectro diante dos operários, os meios de produção e de existência. É somente ela que impede o contato e, por conseguinte, a cooperação das alavancas pessoais e das alavancas materiais da produção; que veda aos meios de produção seu funcionamento e aos operários trabalhar e viver.

Rompei a forma de produção, permiti aos meios de produção de funcionar, sem tomar a forma de capital e o absurdo que existe nos fatos dissipar-se-á, a crise desaparecerá e tereis dado à sociedade a possibilidade de viver.

Tendência para a eliminação do capitalista individual

Está, pois, constatado, primeiramente, que o modo de produção capitalista tornou-se incapaz de dirigir, doravante, as forças produtivas que criou; depois, que essas próprias forças produtivas encaminham-se cada vez mais imperiosamente para a solução do antagonismo, para a abolição de sua qualidade de capital e para o reconhecimento prático do seu caráter real, o de forças produtivas sociais. É essa reação, sempre crescente, das forças produtivas contra sua qualidade de capital, e é esse reconhecimento imperiosamente exigido do seu caráter social, que cada vez mais constrange a classe capitalista, tanto quanto o permite a natureza do capital, a tratá-las como forças produtivas sociais. O período de produção intensiva pelo seu crédito inflacionado ao extremo, e também a crise, pela ruína de grandes estabelecimentos capitalistas, impõem a grandes quantidades de meios de produção a socialização que se manifesta sob a forma de sociedade por ações. Muitos desses meios de produção e de comunicação são, desde o início, tão gigantescos que, como as estradas de ferro, excluem qualquer outra forma de exploração capitalista. Mas, a um outro grau de desenvolvimento, também essa forma torna-se insuficiente: o representante oficial da sociedade capitalista, o Estado, deve tomar a direção dessas forças produtivas.⁶ Essa necessidade de transformação em propriedade

6. E digo que tem de tomar a seu cargo, pois a nacionalização só representará um progresso econômico, um passo adiante para a conquista pela sociedade de todas as forças produtivas, embora essa medida seja levada a cabo pelo Estado atual, quando os meios de produção ou de transporte superarem já efetivamente os marcos diretores de uma sociedade anônima, quando, portanto, a medida da nacionalização já for economicamente inevitável. Contudo, recentemente, desde que Bismarck empreendeu o caminho da nacionalização, surgiu uma espécie de falso socialismo, que degenera de quando em vez em um tipo especial de socialismo, submisso e servil, que em todo ato de nacionalização, mesmo nos adotados por Bismarck, há uma medida socialista. Se a nacionalização da indústria do fumo fosse socialismo, seria necessário incluir Napoleão e Metternich entre os fundadores do socialismo. Quando o Estado belga, por motivos políticos e financeiros perfeitamente vulgares, decidiu construir por sua conta as principais linhas férreas do país, e quando Bismarck, sem que qualquer necessidade econômica o levasse a isso, nacionalizou as linhas mais importantes da rede ferroviária da Prússia, pura e simplesmente para assim poder manejá-las e aproveitá-las melhor em

do Estado se faz sentir, primeiramente, para os grandes organismos de comunicação: os correios, os telégrafos, as estradas de ferro etc.

Se as crises provam a incapacidade da burguesia dirigir, doravante, as forças produtivas modernas, a transformação dos grandes organismos de produção e de comunicação em sociedades por ações e em propriedades do Estado mostram que a burguesia tornou-se supérflua. Todas as funções sociais dos capitalistas são agora preenchidas por empregados assalariados. O papel social dos capitalistas se limita a auferir lucros, a destacar *coupons* e a jogar na Bolsa, onde se despojam mutuamente de seus capitais. A produção capitalista que começou por lançar o operário na superpopulação relativa acaba por precipitar nela, por sua vez, o capitalista, esperando que ela lhe designe seu lugar no exército industrial de reserva.

Mesmo que as forças produtivas estejam nas mãos de sociedades por ações, ou do Estado, conservam, entretanto, sua qualidade de capital. O fato é patente para as sociedades por ações. E o Estado moderno é a organização a que se entrega a sociedade burguesa, para abrigo dos ataques, tanto dos capitalistas individuais como dos operários. O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, o Estado dos capitalistas, ou para dizer melhor, o capitalista coletivo ideal. Quanto mais monopoliza forças produtivas, tanto mais se transforma em capitalista coletivo real, tanto maior é o número de cidadãos que explora. Seus operários ficam sempre assalariados, proletários.

A relação capitalista entre assalariador e assalariado não é destruída, mas, acentuada cada vez mais, explode. A apropriação pelo Estado das forças produtivas não resolve o conflito, mas contém elementos dessa solução.

caso de guerra, para converter o pessoal das ferrovias em gado eleitoral submisso ao Governo e, sobretudo, para encontrar uma nova fonte de rendas isenta de fiscalização pelo Parlamento, todas essas medidas não tinham, nem direta nem indiretamente, nem consciente nem inconscientemente, nada de socialistas. De outro modo, seria necessário também classificar entre as instituições socialistas a Real Companhia de Comércio Marítimo, a Real Manufatura de Porcelanas e até os alfaiates do Exército, sem esquecer a nacionalização dos prostíbulos, proposta muito seriamente, aí por volta do ano 34, sob Frederico Guilherme III, por um homem muito esperto.

A solução de todos os antagonismos está na apropriação das forças produtivas pela sociedade (socialização dos meios de produção e de troca)

Essa solução só pode ser o reconhecimento prático do caráter social das forças produtivas modernas, isto é, pôr de acordo os modos de produção, de apropriação e de troca, com o caráter social dos meios de produção. E este fim só será atingido quando a sociedade, aberta e francamente, tomar posse das forças produtivas tornadas poderosas demais para suportar qualquer outro controle que não o seu.

O caráter social dos meios de produção e dos produtos, que hoje se volta contra os próprios produtores, que perturba periodicamente a produção e a troca, será então plena e abertamente reconhecido. As forças sociais agem como as forças da natureza, cega e violentamente, de modo destrutivo, enquanto não as compreendemos, enquanto não contamos com elas. Uma vez que tenhamos compreendido sua ação, suas tendências, seus efeitos, poderemos submetê-las cada vez mais à nossa vontade, servir-nos delas para atingir nossos fins. Assim se passa com as forças produtivas modernas.

Enquanto nos obstinamos em não as reconhecer – como é o caso na produção capitalista – essas forças, a despeito da nossa vontade, agem entre nós, se nos impõem como vimos anteriormente. Uma vez compreendidas e reconhecidas, cessarão de ser destrutivas, para se tornarem, entre as mãos dos produtores associados, que delas se servirão em plena consciência, como uma das maiores alavancas da produção. Assim, a eletricidade destrutiva do raio difere da eletricidade dos telégrafos ao serviço do homem; e o incêndio, do fogo dirigido pelo homem. “Reconhecimento prático do caráter social das forças produtivas modernas”, isto é: substituição da anarquia na produção social por uma organização regulada segundo as necessidades da sociedade e de cada um de seus membros; substituição da apropriação capitalista, que gera o regime no qual o produto escraviza, primeiramente, o produtor e, depois, o apropriador, por uma apropriação baseada sobre o próprio caráter das forças produtivas modernas: apropriação direta dos produtos, de um lado, pela sociedade, como meios de conservar e de

desenvolver a produção e, de outro lado, pelos indivíduos, como meios de existência e de prazer.

Missão do proletariado: abolição das classes e dos estados de classe

À medida que a produção capitalista transforma, cada vez mais, a grande massa da população em proletários, cria o exército que deve ou morrer miseravelmente ou realizar essa revolução. À medida que obriga a conversão dos grandes meios de produção socializados em propriedade do Estado, indica o caminho para a realização dessa revolução. O proletariado, depois de se ter apoderado do poder público, transforma os meios de produção em propriedade do Estado.

Mas, por isso mesmo, destrói seu caráter de proletariado, destrói toda distinção e todo o antagonismo de classe e, por conseguinte, destrói o Estado como Estado. As sociedades, que se constituem até aqui no antagonismo das classes, tinham necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, para assegurar suas condições de exploração e, sobretudo, para manter, pela força, a classe explorada nas condições de sujeição (escravidão, servidão, salariedade) que reclamava o modo de produção existente. Se o Estado era a representação oficial de toda a sociedade, sua encarnação em um corpo visível, era-o na medida em que era o Estado da classe, que na época representava toda a sociedade; mas, uma vez que se torna realmente o representante de toda a sociedade, torna-se inútil.

Desde que não há mais classe a manter na opressão, desde que o domínio de classe, a luta pela existência baseada na anarquia da produção, as colisões e os excessos que dela decorrem são eliminados, nada mais há a reprimir, o Estado torna-se inútil. O primeiro ato pelo qual o Estado se constituirá realmente em representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – será ao mesmo tempo seu último ato como Estado. O governo das pessoas cederá lugar à administração das coisas e à direção da produção. A sociedade livre não pode tolerar a existência de um Estado entre ela e os seus membros.

A apropriação, pela sociedade, de todos os meios de produção foi, desde a aparição histórica da produção capitalista, um ideal mais ou menos nebuloso, esvoaçando diante dos olhos de indivíduos ou de seitas inteiras; mas, só se tornou possível, só pôde apresentar-se como uma necessidade histórica, quando existiram as condições materiais para sua resolução prática. A abolição das classes, como todo e qualquer outro progresso social, tornou-se praticável, não pela simples convicção de que a existência dessas classes é contrária à igualdade, à justiça ou à fraternidade, não pela simples vontade de destruí-la, mas pelo advento de novas condições econômicas. A divisão da sociedade em classes, exploradora e explorada, dominante e oprimida, foi a consequência fatal da produtividade pouco desenvolvida da sociedade. Sempre que o trabalho social só fornece uma quantidade de produtos, excedendo apenas o que é estritamente necessário para manter a existência de todos, sempre que o trabalho, por conseguinte, absorve todo ou quase todo o tempo da grande maioria dos indivíduos de que se compõe a sociedade, essa sociedade se divide necessariamente em classes. Ao lado dessa grande maioria consagrada exclusivamente ao trabalho forma-se uma minoria isenta do trabalho diretamente produtivo e encarregada dos negócios comuns da sociedade: direção geral do trabalho, governo, justiça, ciências, artes etc. É, pois, a lei da divisão do trabalho, que jaz no fundo dessa divisão da sociedade em classes, o que não impede, absolutamente, que as algemas, que a produção capitalista lhes tinha posto, prendam a massa de suas próprias forças produtivas e de seus produtos. Sua alforria é a única condição que ainda faltava para assegurar um desenvolvimento contínuo, sempre acelerado, das forças produtivas, isto é, um crescimento ilimitado da própria produção. Mas não é tudo. A apropriação social dos meios de produção afasta não só os entraves artificiais que acorrentam atualmente a produção, como põe fim ao desperdício e à destruição das forças produtivas e dos produtos, corolários inevitáveis da produção atual e que atingem seu apogeu em tempo de crise. Além disso, põe a sociedade de posse de uma quantidade de meios de produção e de produtos, tornando impossíveis as extravagâncias insensatas das classes reinantes e de seus representantes políticos. A possibilidade, por meio da produção social, de assegurar a todos os membros da so-

cidade não só uma existência material plenamente satisfatória e que melhorará cada vez mais, como de lhes garantir, ao mesmo tempo, o livre desenvolvimento e o exercício de todas as suas faculdades físicas e intelectuais, essa possibilidade existe agora pela primeira vez.

Da era da fatalidade à era da liberdade

Desde que a sociedade tome posse dos meios de produção, não mais produzirá mercadorias, isto é, por fim à forma de apropriação dos produtos em virtude da qual, como vimos, o produto domina o produtor. A anarquia na produção social dará lugar a uma organização consciente e sistemática. A luta pela existência individual desaparecerá. Só a partir desse momento se poderá dizer, em um certo sentido, que o homem saiu definitivamente do reino animal; terá, enfim, mudado condições de existência animais por condições de existência realmente humanas. O conjunto de condições de existência, que até aqui dominou os homens, será então submetido a seu controle. Tornando-se eles senhores de sua própria organização social, tornar-se-ão por isso mesmo, pela primeira vez, senhores reais e conscientes da natureza. As leis que regem sua própria ação social impuseram-se até aqui aos homens como leis inflexíveis da natureza, exercendo sobre eles um estranho domínio; para o futuro, os homens aplicarão essas leis com pleno conhecimento de causa e, por esse motivo, as governarão. A forma pela qual os homens devem organizar-se em sociedade – forma até aqui, por assim dizer, outorgada pela natureza e pela história – será então obra de sua livre iniciativa. As forças sociais – criadas pelos próprios homens, como seres plenamente conscientes do que vão fazer, sabendo as causas sociais que porão em movimento – produzirão, em medida sempre crescente, os desejados efeitos. A humanidade sairá, por fim, do reino da fatalidade para entrar no da liberdade.⁷

7. Algumas cifras darão ao leitor uma noção aproximada da enorme força expansiva que, mesmo sob a pressão capitalista, os modernos meios de produção desenvolvem. Segundo os cálculos de Giffen, a riqueza global da Grã-Bretanha e Irlanda ascendeu, em números redondos, a:

- 1814 – 2,2 milhões de libras esterlinas – 44 milhões de marcos;
- 1865 – 6,1 milhões de libras esterlinas – 122 milhões de marcos;
- 1875 – 8,5 milhões de libras esterlinas – 170 milhões de marcos.

Resumo e conclusão

Resumamos em poucas palavras o curso do nosso desenvolvimento:

1. Sociedade da Idade Média: pequena produção retalhada. Meios de produção adaptados ao uso individual e, por isso, primitivos, de poucos recursos, de efeito muito limitado, mas, por isso, também possuídos geralmente pelo próprio produtor. Produção para o consumo imediato ou do produtor ou de seu senhor feudal. Somente onde há excesso de produtos sobre o consumo, esse excesso é oferecido à venda, entra no mercado; produção de mercadorias em estado nascente, porém contendo já, em seu seio, o embrião da anarquia social na produção.
2. Revolução capitalista: transformação da indústria, primeiro pela cooperação simples e pela manufatura. Concentração dos meios de produção, até então esparsos, em grandes oficinas, isto é, transformação desses meios individuais de produção em meios sociais – transformação que pouco afeta a troca; por conseguinte, mantém antigas formas de apropriação. O capitalista aparece: proprietário dos meios de produção, é ele que se apropria dos produtos e deles faz mercadorias. A produção tornou-se um ato social; a troca e, com ela, a apropriação transformam-se em atos individuais: o produto social é apropriado pelo capitalista individual. Antagonismo fundamental, fonte de todos os antagonismos nos quais se move nossa sociedade:
 - a) Separação do produtor dos meios de produção. Condenação do trabalhador ao regime do salário por toda a vida (antagonismo do proletariado e da burguesia).
 - b) Desenvolvimento, sobretudo por meio da grande indústria (desde o fim do século XVIII), da ação das leis que regulam a produção de mercadorias. Luta desenfreada pela concorrência. (Antagonismo da organização social da produção em cada fábrica, e da anarquia social no conjunto da produção.)

Para dar uma ideia do que representa a dilapidação dos meios de produção e de produtos desperdiçados durante a crise, direi que no segundo congresso dos industriais alemães, realizado em Berlim, em 21 de fevereiro de 1878, calculou-se em 455 milhões de marcos as perdas globais representadas pelo último *crack*, somente para a indústria siderúrgica alemã.

- c) De um lado, aperfeiçoamento do maquinismo, tornado obrigatório para todo industrial pela concorrência e equivalente à eliminação sempre crescente de operários: exército industrial de reserva. De outro lado, extensão ilimitada da produção igualmente obrigatória para todo industrial. Dos dois lados, desenvolvimento à procura da superprodução, atravancamento dos mercados, crises decenais, círculo vicioso: de um lado, superabundância de meios de produção e de produtos; de outro lado, superabundância de operários sem trabalho e sem meios de existência; mas estas duas alavancas da produção e do bem-estar social não se podem reunir, porque o modo capitalista de produção inibe as forças produtivas de trabalhar, os produtos de circular, a menos que se tenham antes transformado em capital – o que a própria superabundância impede. O antagonismo é levado até ao absurdo. O modo de produção se rebela contra o modo de troca. A burguesia se mostra incapaz de dirigir, doravante, as forças produtivas sociais.
- d) Reconhecimento parcial do caráter social das forças produtivas imposto aos próprios capitalistas; apropriação dos grandes organismos de produção e de comunicação pelas sociedades por ações, depois pelo Estado. A burguesia se revela inútil, todas as suas funções ativas são preenchidas por assalariados.

3. Revolução proletária, solução dos antagonismos.

O proletário apodera-se do poder político e transforma, por meio desse poder, em propriedade social os meios de produção sociais, que escapam das mãos da burguesia. Por esse ato, priva-lhes de seu caráter de capital; dá plena liberdade a seu caráter social de se afirmar, torna possível a organização da produção social segundo um plano determinado. O desenvolvimento da produção faz da existência das classes sociais um anacronismo. A autoridade política do Estado desaparece com a anarquia social da produção. Os homens, senhores, enfim, do seu próprio meio de associação, tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmos, livres.

Cumprir esse ato que libertará o mundo, eis a missão histórica do proletariado moderno.

Aprofundar as condições históricas e com elas o caráter específico e as consequências inevitáveis desse ato, dar à classe chamada à ação, classe hoje oprimida, a plena consciência das condições e da natureza de sua própria ação iminente, eis a missão do socialismo científico, expressão teórica do movimento proletário.